

# **As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade**

## ***The relations of power in gender inequalities in education and society***

Jane Soares de Almeida

Universidade de Sorocaba-UNISO. Membro do Corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISO. Doutorado em História e Filosofia da Educação pela USP. Livre-Docência pela UNESP. Pós-doutorado por Harvard University, Estados Unidos. E-mail: janesoaresdealmeida@uol.com.br.

### **Resumo**

O artigo, na forma de ensaio teórico, analisa as relações de poder entre homens e mulheres que permeiam as relações sociais e revelam sua face inclusive na educação escolar. Essas relações, denominadas relações de gênero, de acordo com a crítica teórica feminista que emergiu nos anos 1980/90, são pautadas por um estrito senso de territorialidade, que coloca ambos os sexos em patamares desiguais na hierarquia social, o que leva ao exercício de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino. Nas escolas se ensina aos meninos e meninas as atribuições e comportamentos esperados para cada sexo, o que leva ao conceito de identidade. Esses comportamentos se prolongam na esfera social e ocasionam o recrudescimento da desigualdade entre os sexos.

### **Palavras-chave**

Gênero. Poder. Educação.

### **Abstract**

The article, in the form of theoretical essay, examines the power relations between men and women that permeate social relations and even show his face in school education. These relationships, known as gender relations, according to feminist critical theory that emerged in the years 1980/90, are guided by a strict sense of territoriality, which places both sexes in unequal levels in the social hierarchy, which leads to the exercise of male power over females. The schools teach boys and girls the roles and expected behaviors for each sex, which leads to the concept of identity. These behaviors are prolonged in the social sphere, causing the increase in inequality between the sexes.

### **Key-words**

Gender. Power. Education.

## Introdução

O poder, nas suas várias interfaces sempre foi e continua sendo essencialmente masculino. Do ponto de vista histórico, a partir das décadas finais do século XX, as relações simbolicamente construídas entre os sexos foram abaladas nas suas estruturas pela emergência de um lado social feminino que rejeitou as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade. Atualmente as mulheres e as expectativas de seu protagonismo social e político se introduzem nos sistemas simbólicos masculinos num momento em que estes são destrutivos em relação à vida humana, à paz entre as nações e à sociedade organizada.

As análises sobre a globalização, fenômeno emblemático do século XX, assim como sobre o sistema capitalista que exclui significativas parcelas da Humanidade, não costumam privilegiar as discussões do ponto de vista do gênero, do pluralismo cultural e da diversidade, principalmente sexual. Nas ainda insuficientes discussões globais, comandadas por mulheres, incluíse a possibilidade de se edificar uma nova ordem que privilegie uma relação cooperativa e solidária entre os sexos, objetivando mudanças nessas esferas que levam a questionar as estruturas de poder da forma como este se apresenta no mundo atual e que não tem levado em conta as diferenças, fator crucial para a manutenção da ordem, da civilização e da paz entre os seres humanos. Na desconstrução da ordem universal de poder, a voz das mulheres deve ser ouvida, o que em primeira análise

significa no âmbito privado, democratizar as relações familiares e não excluir as mulheres do acesso aos bens econômicos e culturais, de forma a promover seu desenvolvimento como atores sociais com inserção individual e coletiva. Isso poderia possibilitar uma desconstrução do poder desigual, alinhando homens e mulheres nos mesmos patamares socioculturais, políticos e econômicos.

No entanto, existem paradoxos estruturais na esfera socioeconômica e nas relações simbólicas entre os sexos. Nestes paradoxos as diferenças físicas e psíquicas entre homens e mulheres são utilizadas como fator de desigualdade e discriminação, onde o sexo feminino padece numa situação de inferioridade e subordinação, apesar das conquistas ainda incipientes legadas pelo século XX. Quando as mulheres deixam de ser vistas como sujeitos históricos e produtivos, significa que a sociedade alija das esferas de poder mais da metade de seus membros. Alie-se a esses fatores a violência e a pobreza, acrescidas dos problemas étnicos, e se tem um quadro geral propício para a manutenção do subdesenvolvimento, explicitado pela desigualdade como principal fator gerador. Paradoxalmente, desde o final do século XX, o campo educacional começou a se tornar majoritariamente feminino, em especial em alguns setores, com maciça participação das mulheres nas universidades. A parcela feminina tanto procura pela escolaridade, como permanece até o final dos cursos, embora as mulheres continuem cuidando do espaço doméstico, principalmente durante a

gestação e na criação de filhos pequenos. Outro aspecto ainda pouco estudado se refere ao fato de mulheres maduras, com filhos criados e vida familiar estruturada, também procurarem cursar universidades, inclusive pós-graduação.

### **O movimento feminista e a ruptura com o modelo androcêntrico**

O movimento feminista pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão das mulheres aos homens.

Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas raças, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sócio-político que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres. A historiografia muitas vezes mostra as mudanças como resultado de uma política de *concessões*, sem considerar que estas são o resultado do atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas. Sem o movimento das mulheres, sem a resistência de algumas e

o desafio que lançaram à sociedade, tais resultados demorariam muito mais para serem implantados.

No início do século XX, a crítica feminista que acompanhou a emergência do movimento nos Estados Unidos e na Europa, mesmo defendendo a igualdade de direitos, considerava as diferenças entre homens e mulheres do ponto de vista biológico, acatando a dicotomia existente entre o espaço público e o privado. Isso significava também aceitar a domesticidade e a subordinação feminina ao modelo masculino, além de atrelar a essas diferenças naturais uma ideia de inferioridade das mulheres em razão de maior fragilidade física e intelectual, apesar de uma inegável superioridade do ponto de vista moral. Essa teoria se ancorava na definição de um sujeito coletivo, portador de interesses e necessidades próprios, que surgia em face da maior presença das mulheres no cenário político e a posição que ocupavam na sociedade patriarcal. Porém, mesmo na defesa dos direitos femininos não se deixava de considerar o matrimônio como destino inato das mulheres e a maternidade como sua suprema aspiração.

Nos finais dos anos 1960 e mais acentuadamente nos anos 1970, o movimento feminista que havia passado por um período de estagnação nos vários países do mundo ocidental, ressurgiu com força. Emergiu nesse período uma consciência feminista que, na luta por igualdade e maiores direitos, rejeitava as diferenças naturais entre os sexos, reivindicando para as mulheres um lugar no mundo até então reservado apenas aos homens.

Ao final de 1970, as feministas passaram a desconsiderar com maior veemência as questões das desigualdades de fundo biológico e deslocaram o eixo das diferenças para o aspecto cultural, propondo uma separação entre o espaço público e o privado, afirmando que as mulheres poderiam desempenhar os mesmos ofícios que os homens e, portanto também possuíam as mesmas capacidades e direitos sociais e políticos. Consideravam que o espaço público e a realização profissional eram aspirações femininas e que as capacidades das mulheres não se esgotavam no lar, pois a vida transcorrida apenas no espaço doméstico sufocava suas aspirações e impedia sua plena realização. Havia nos postulados feministas uma reivindicação por liberdade e pelo direito de exercerem a sexualidade sem as barreiras impostas pelo preconceito.

Ao se desejarem iguais aos homens em todos os sentidos, as mulheres puderem perceber que, do ponto de vista do mundo do trabalho, continuava a exploração baseada no sexo, pois lhes eram reservados os serviços menos remunerados e, muitas vezes, recebiam salários menores do que os dos homens pelo desempenho das mesmas funções, o que nos dias atuais, apesar de algumas conquistas, ainda é uma realidade em alguns setores, havendo exceções, como no caso da carreira do magistério. Além disso, ao novo perfil feminino que o movimento feminista esculpiu a década de 1970, o homem não acompanhou as mudanças e as mulheres se viram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho já que os maridos e companheiros

continuaram a separar essas duas esferas sociais. Assim, todas as funções domésticas permaneciam sob a responsabilidade das mulheres, não havendo no âmbito do casal igual distribuição nas tarefas da casa e na criação dos filhos.

Nas décadas seguintes, com maior poder de organização e adesão de mulheres melhor preparadas intelectualmente, o movimento ensejou o surgimento de uma crítica feminista que acompanhou as mudanças refletidas nas relações sociais e entre os dois sexos. O feminismo começava a produzir um anteparo teórico voltado para as questões de identidade e diferença e a não separação entre vida privada e pública. Essas questões conseguiram abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência levando, inclusive, ao reconhecimento dos estudos feministas na área acadêmica. Paulatinamente se instaurou um tipo de comportamento sócio-político defensor de uma cultura não sexista que rejeitaria os antigos paradigmas de submissão e opressão. Ao ocupar espaço na produção científica foi possível chegar ao reconhecimento dos estudos de gênero em áreas das Ciências Humanas como a Antropologia, a Sociologia, a Demografia, a História, a Literatura, a Saúde e Sexualidade, a Psicanálise, a Ciência Política, a Economia e, mais recentemente, a Educação, História da Educação e Religião, principalmente nos países onde estes estudos estão mais avançados. Esse reconhecimento trouxe contribuições para a construção de um campo epistemológico no qual se levou em conta que o mundo pertencia aos dois

sexos, apesar das relações de dominação e subordinação que entre ambos sempre se estabeleceu no decorrer da História da Humanidade, e que poderiam ser quebradas por uma relação de parceria.

As denúncias do sexo masculino como opressor, a liberdade sexual obtida através de métodos contraceptivos mais eficazes, um maior acesso à escolarização e ao mercado do trabalho, revelaram para as mulheres um mundo ainda voltado e preparado essencialmente para o modelo social masculino, onde seus representantes conseguiam os melhores postos e os melhores salários. Para as mulheres, a situação de inferioridade em que viviam no espaço privado estendeu-se ao espaço público, tendo como agravante as dificuldades oriundas do meio familiar, representadas pela dupla jornada de trabalho e o cuidado com a família. Esculpia-se assim uma ambiguidade em relação ao sexo feminino: se, por um lado, existia o desejo de serem esposas e mães, por outro lado o anseio de fazer parte da população economicamente ativa significava deixar o primeiro espaço ao abandono. Em vista disso, a crítica feminista dedicou-se a estudar a fundo as questões de identidade e diferença e a não separação entre o espaço público e o espaço privado, buscando o fortalecimento de uma cultura não sexista e rejeitando os antigos paradigmas de submissão e opressão. Paralelamente, optou-se também pela não separação do gênero e dos estudos sobre as mulheres, dos estudos sobre a infância, a sexualidade, o meio ambiente e a velhice.

## **O feminismo na perspectiva do gênero**

O gênero procura dar significado às relações de poder; se configura como um elemento estabelecido nas relações sociais baseado sobre as diferenças entre os sexos e se manifesta como um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas presentes no meio social. De acordo com a crítica teórica feminista, representada pelos estudos de gênero, os dois sexos devem ser educados na família e na escola por meio de uma reciprocidade de um sistema de relações que ultrapassa a oposição binária: masculino e feminino; em outras palavras: “*coisas de meninos; coisas de meninas*”. Nessa perspectiva, o gênero é uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual que são utilizadas na compreensão das relações entre homens e mulheres, a que se denomina alteridade, a relação com o outro.

Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, variando segundo as épocas e os seus padrões culturais e pode ser modificado. As relações de poder entre homens e mulheres, assim como classes sociais, etnias e opções sexuais estão presentes em todas as construções sociais configurando-se numa rede complexa.

Do ponto de vista histórico, há que atentar que o conceito presente na dupla moral sexual que concedia direitos aos homens e deveres somente para as mulheres já tinha sido questionado no século XVII pelas inglesas e no século XIX pelas feministas do *International Council of Women* que se reuniu em Washington em 1888. Nesse conceito, a religião parecia não se fazer presente, pela maior tolerância que havia a respeito de padrões comportamentais masculinos. O maior objetivo sempre foram as mulheres, notadamente por conta da reprodução, permeado por formulações morais desiguais entre os sexos. Na defesa dos direitos femininos e pelas reivindicações sociais de maior liberdade e igualdade, não se deixou de considerar o matrimônio como destino inato das mulheres e o seu resultado biológico, a maternidade, como suprema aspiração. Há que se lembrar ainda que feministas dos anos iniciais do século XX reivindicavam educação e instrução iguais para meninos e meninas, desde que fossem respeitadas as diferenças entre os sexos do ponto de vista da natureza de cada um.

Na primeira metade do século XX, o apelo para o trabalho feminino por conta das guerras, propiciou uma maior visibilidade às capacidades femininas fora do lar, mas os ganhos reais foram poucos e a tradição continuou ditando seu comportamento e limitando seu espaço fora das fronteiras domésticas. Concedia-se um pouco mais de liberdade, porém se normalizava condutas, impedindo a expansão da sexualidade e da conquista de profissões em desacordo com o que

era socialmente aceito. Desde os anos iniciais do século XX, as lutas feministas não cessaram, tanto que em 1904 se criou nos Estados Unidos e Inglaterra outra organização internacional: *The International Woman Suffrage Alliance* que se opunha aos comitês contra o sufrágio feminino que se haviam formado nos dois países e tomava posições internacionais numa época de extremo nacionalismo.

O Feminismo, nascido na França na primeira metade do século XIX, primeiramente surgiu como um movimento social e político de caráter reivindicatório e aos poucos foi ganhando maior visibilidade no meio científico e permitiu a emergência de um novo olhar sobre as mulheres, o que possibilitou que a crítica feminista se voltasse para as questões de identidade/diferença e a não separação de vida privada e pública. Estas questões conseguiram abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência levando inclusive ao reconhecimento dos estudos feministas como área de conhecimento e ao estabelecimento de uma cultura não sexista, o que equivale dizer não discriminatória. Certamente que a maior ocupação das mulheres no espaço acadêmico contribuiu para esse crescimento do campo investigativo nessa temática, pois pouquíssimos homens se ocuparam de pesquisas dessa natureza, o que ainda ocorre nos tempos atuais, embora com as notáveis exceções de alguns centros de pesquisa.

Nos anos 1980/90, a introdução da categoria gênero substituiu a noção de identidade ao considerar um mundo em

que os avanços tecnológicos estavam imprimindo um novo ritmo no surgimento de novas estruturas sociais, o que representou o aprofundamento e a expansão da crítica feminista. A categoria passou a ter lugar de destaque no pensamento feminista, que construiu uma crítica teórica na qual as diferenças são consideradas, porém não justificam qualquer forma de opressão do sexo masculino sobre o feminino. O conceito nasceu do debate teórico acerca do conhecimento de que a realidade é socialmente construída e de que cada ser humano tem o potencial e o direito de decidir o seu destino.

Esse pensamento constatou que a superação de um sistema de desigualdades não se alcança somente pelo fato de que o considerado *inferior* obtenha os direitos e ocupe as mesmas posições do *superior*, pois numa ordem democrática não se eliminam os desequilíbrios e os mecanismos de dominação de forma tão simplificada. As diferenças do ponto de vista biológico são consideradas, dado que os dois sexos não são iguais entre si e essa desigualdade faz parte do jogo erótico da associação entre homens e mulheres. No entanto, essas diferenças não se constituem em aval para a opressão, nem em empecilhos para o acesso ao mundo profissional e o direito de salários compatíveis com a função desempenhada, sem distinção entre os sexos. Assume-se assim a premissa ideológica da *igualdade na diferença*, o que representa um considerável avanço do feminismo e das conquistas teóricas dos estudos de gênero, com possibilidades de repercussão e de influência

nas relações sociais. Isso representa um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, levando a formulações teóricas eficazes sobre as relações social e culturalmente construídas entre os sexos, denominadas relações de gênero, o que também implica em relações de poder.

No meio acadêmico, o conceito de gênero foi introduzido a partir da constatação de que o feminismo e seu confronto com os mecanismos de dominação e subordinação levavam à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos e que esses paradigmas não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico. Embora num sentido mais restrito, o conceito de gênero se refira aos estudos que têm a mulher, a criança, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas; num sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade onde a tônica é dada pela desigualdade, seja ela de classe, gênero, raça ou etnia. Com isso se permitiu alguma visibilidade a movimentos sociais emergentes cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambiguidades da ordenação social. Dessa perspectiva se

considera que as configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana.

### **Os paradigmas de submissão e os modelos de resistência**

No universo das relações humanas onde interagem homens e mulheres como sujeitos históricos é possível interpretar essa estrutura indo além dos aportes das teorias clássicas que explicam a ordenação da sociedade do ponto de vista das relações de classe, mas silenciam quanto ao gênero. A espécie humana, única quanto às funções naturais, é diversificada quanto às representações culturais e simbólicas, que alocam aos dois sexos papéis sexuais desiguais, em função das diferenças de base biológica. Quando as mulheres e o papel que desempenham nas relações de gênero são enfocados, é possível observar paradigmas de submissão cristalizados ao longo de séculos, assim como modelos de resistência que ultrapassam os muros da domesticidade e revelam ao espaço público as insatisfações geradas numa estrutura social solidificada em tradições. A banalização do exercício do poder de um sexo sobre o outro assume esses paradigmas como parte da ordenação natural das relações entre os seres humanos, no qual o mais

*fraco* pode ser dominado com ou sem seu consentimento. Os modelos de resistência acontecem quando, ao cruzamento de mudanças sociais, se articula uma tomada de consciência por parte daquele que é submetido, o que gera insatisfação e desejo de mudança. Esses modelos podem acontecer como manifestação coletiva ou mesmo individual e embora o sexo seja determinado antes do nascimento por processos biológicos naturais, as diferenças de gênero são culturalmente adquiridas e transmitidas nas estruturas sociais.

A prática de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica na existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica culturalmente edificada, onde as atividades masculinas são consideradas de primeira ordem e as femininas de segundo escalão. A dupla (des)valorização, conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder.

A articulação das dimensões objetivas e subjetivas embute um pensamento ideológico que acaba por se traduzir em ações concretas e leva aos mecanismos de dominação e opressão. Existe uma dificuldade em se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, pois os paradigmas construídos a partir da perspectiva masculina resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, dado que as relações de gênero se ancoram em diferentes poderes,

normas comportamentais, morais e religiosas e até em emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico. Assume-se assim a princípio da *igualdade na diferença*, o que representa uma considerável transformação nas representações culturais e no terreno das ideias, com possibilidades de repercussão e de influência nas relações sociais num modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, o que também implica em estabelecimento de espaços de poder.

Ainda outra questão a ser considerada refere-se à vitimização feminina, aporte bastante usado quando os trabalhos ainda se encontravam no estágio da denúncia. No discurso até então adotado, ao enquadrar as mulheres nos conceitos definidos socialmente: “colocá-las sempre como oprimidas”, se deixava de lado os contrapontos que se ancoram no mundo subjetivo, local de trânsito das mulheres, onde a resistência é o contraponto para a opressão, o que leva a outro conceito, o da resiliência, do ponto de vista de recuperação perante as adversidades. Desse ponto de vista, o revisionismo histórico oferece justificativas, dado que implica em (re)interpretar a História do ponto de vista feminino e assim contribuir para alavancar os estudos de gênero e reescrever fatos históricos que não sejam os oriundos do poder masculino somente.

## **Educação feminina como projeto social: igualdade ou manutenção da inferioridade?**

No Brasil, na educação tradicional, a instrução para as mulheres que fosse além das prendas domésticas, era considerada supérflua. A herança luso-cristã afirmava que excesso de instrução poderia prejudicar sua constituição *frágil e nervosa* e atingiria a saúde da futura prole. Posteriormente, a educação feminina passou a ser desejável, pelo imaginário da época acreditar que a mulher educada criaria filhos saudáveis. Essa educação não poderia fazer com que ela se sentisse capaz de competir com os homens, o que ocasionaria desordem social. Assim, a educação feminina, durante longo tempo, tanto na escola como na família, foi normatizada e controlada pelos homens e de acordo com o que estes consideravam necessário: para os homens, o espaço público, a política, a gerência dos negócios; para as mulheres, o cuidado com a casa e os filhos, a economia doméstica. Historicamente, isso trouxe impactos nas relações entre os sexos, que se traduzem pela subordinação feminina ainda nos tempos que correm e possivelmente, embora com menor impacto, ainda nos tempos em devir.

A imagética social, ao alocar papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres, induz à estereotipia sexual, onde se espera de cada sexo comportamentos pré-determinados e isso se reflete principalmente quando a criança chega à escola. No ambiente escolar, se ensina a ser menino ou menina, não há escapatória

possível: o Estado impõe regras, a Família exige, a Sociedade assim o deseja. As professoras esperam das meninas comportamentos de ordem, asseio e obediência, o que não esperam dos meninos, aos quais atribuem características de maior agressividade, impulsividade e desobediência. Os livros didáticos, muitas vezes, trazem essa estereotipia mostrando o pai saindo para o trabalho e a mãe cozinhando ou limpando, em casa, com os filhos. Nas diversas atividades escolares há separação entre os sexos como meninos contra meninas em atividades lúdicas. Essas diferenciações ainda são constantes no ambiente escolar, pois as professoras, que são maioria no ensino fundamental, são mulheres e, portanto, veiculam uma prática pedagógica de acordo com a educação que receberam.

A partir dos anos 1990, o campo educacional tem apresentado um aumento progressivo da inclusão do gênero em suas análises, o que não acontecia nas décadas passadas em que esses estudos eram raros. Os paradigmas explicativos, (ao adotarem o sujeito universal, único, padronizado e assexuado, isento das particularidades de sexo, raça, idade, cultura), nas pesquisas educacionais, possibilitam lacunas explicativas na área, dado que a concepção masculina da educação, vivenciada na prática por atores femininos, ocasiona contradições e distorções no processo de análise.

A educação, por sua vez, é o *locus* privilegiado para abordar problemas como a discriminação social, que é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas instâncias. Discriminar é negar o

outro, é não reconhecer seus direitos nem seu direito a ter direitos. A discriminação sexual submete a outra metade da humanidade ao jugo do poder baseado em diferenças biológicas: ser homem é o modelo a ser seguido como símbolo de força e êxito; ser mulher representa a submissão, a fragilidade e a incapacidade. Obviamente, isso traz consequências nas relações entre os sexos, traduzidas pela subordinação feminina. A imagética social, ao alocar papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres, induz à estereotipia sexual onde se espera de cada sexo comportamentos pré-determinados e isso se reflete principalmente quando a criança chega à escola e tem seus primeiros contatos com a hierarquia educacional.

Portanto, na esfera educacional, o gênero é constituinte da identidade dos atores sociais, possuidores de qualificações plurais que não são estáveis ou duradouras, mas se modificam e podem ser contraditórias. Nessa perspectiva, homens e mulheres são identificados pelo gênero, classe social, raça ou etnia e pela idade e nacionalidade, assumindo identidades plurais, múltiplas que produzem diferentes posições de sujeito, quando as redes de poder (das instituições, símbolos, códigos, discursos, etc.) precisariam ser examinadas. As identidades são múltiplas e plurais e é a identidade cultural que possibilita à criança reconhecer-se como pertencente ao gênero masculino ou feminino, a esta ou aquela etnia e até mesmo situar-se nos patamares da desigualdade econômica com base nas relações sociais e culturais que se estabelecem a partir do

seu nascimento. Essa ideia ultrapassa a concepção do aprendizado de papéis, que pode tornar-se muito simples, uma vez que caberia a cada indivíduo conhecer o que lhe convém ou não, adequando-se a essas expectativas.

Desse modo, examinar apenas a aprendizagem de papéis masculinos e femininos implica em desconsiderar que a masculinidade e feminilidade podem exercer variadas formas e que complexas redes de poder estão envolvidas nos discursos e nas práticas representativas das instituições e dos espaços sociais, sendo produzidas a partir das relações de gênero. Além disso, a maneira como a família e a escola agem em relação às meninas e aos meninos é fundamental no processo de constituição da identidade de gênero.

As identidades não são estabelecidas e fixadas num determinado momento, mas estão constantemente sendo construídas e transformadas. Por isso, os sujeitos vão se edificando como masculinos ou femininos e toda uma estrutura como família, religião, meios de comunicação, escola, etc., estão envolvidas nessa dinâmica. Nesse contexto, as relações pedagógicas que são organizadas na escola estão carregadas de simbolizações e as crianças aprendem normas, conteúdos, valores, significados, que lhes permitem interagir e conduzir-se de acordo com o gênero com a qual se identificam, assumindo especificidades de acordo com essa identificação. Na escola, as crianças e os professores são socializados a partir de uma reelaboração ativa de significados e as informações que recebem lhes permitem construir uma representação

do que consideram adequados ou não a cada sexo.

Os estereótipos, por sua vez, situam-se numa escala axiológica e sempre estão sendo manifestados ao longo da existência humana. Este processo ocorre desde a mais tenra idade pela educação, não apenas a formal, mas também a familiar e social, onde um modelo e um conjunto de características estereotipadas significam um dos mais eficazes mecanismos de perpetuação das desigualdades, reforçando a relação de dominação e submissão. Portanto, a educação escolar é um campo promissor para o desenvolvimento dos estudos de gênero, uma vez que reúne alunos de ambos os sexos nos sistemas de classes mistas.

### **Algumas considerações**

Na segunda metade deste século, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico que as guerras tinham revelado; o conseqüente ganho de autonomia, mais as necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias econômicas, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que até então estivera confinado no resguardo da domesticidade e no cumprimento das funções reprodutivas. Essas ideias atravessaram as fronteiras por intermédio da imprensa, rádio, cinema e televisão, influenciaram as mentalidades nos demais países, entre eles o Brasil, e ocasionaram mudanças nas relações entre os sexos. Sem o movimento das mulheres, sem a

resistência de algumas e o desafio que lançaram à sociedade, tais resultados demorariam muito mais para serem implantados. No entanto, ainda resta muito por fazer dado que as mulheres ainda recebem menores salários no mundo do trabalho e a violência, principalmente no âmbito familiar, continua uma realidade nem sempre denunciada e possui estatísticas alarmantes. Em alguns países do mundo não ocidental a situação de subordinação e inferioridade feminina assume contornos de uma verdadeira escravidão e um atentado aos direitos humanos.

No século XIX e nas décadas iniciais do século XX havia um modelo feminino defendido por todos os setores sociais que consideravam a mulher apenas pela sua capacidade reprodutiva. Era a *mulher-mãe*, assexuada e fértil que deveria dar à Nação os futuros cidadãos que esta precisava para crescer e alicerçar-se entre as grandes nações. Ao mesmo tempo, o arquétipo da Virgem da religião católica era o modelo a ser seguido e exigia das mulheres comportamentos tipificados de moralidade, doçura, pureza, meiguice, bondade, desprendimento, espírito de sacrifício, enfim as qualidades necessárias para a futura esposa e mãe, a companheira do homem.

Se nos anos iniciais do século XX as reivindicações femininas se ancoravam no acesso à educação igual à dos homens e no direito ao voto, os anos 1960/70 questionaram principalmente a submissão e a dependência e na esteira das reivindicações estavam o direito de escolha: do parceiro, da profissão, de ter ou não filhos, de casar-se ou não, de ter filhos sem ser

casada, enfim do reconhecimento das mulheres como atores sociais autônomos passíveis de realizarem vidas em separado, sem a proteção masculina. A possibilidade de exercer a sexualidade sem o ônus da gravidez indesejada que a pílula anticoncepcional assegurou foi uma das grandes conquistas. O maior acesso ao mundo do trabalho e o divórcio rompendo com o *até que a morte os separe*, mostraram às mulheres que o mundo pertence aos dois sexos e que elas tinham direito de desfrutar de uma vida plena sem as amarras impostas por papéis sexuais diferenciados.

Atualmente, não só a maioria dos lares de baixa renda como também na classe média são chefiados e mantidos por mulheres. Como as mulheres dão conta dessa tarefa? Como sempre o fizeram suas antepassadas, usando recursos de muita engenhosidade e ao alcance daquilo que podiam realizar relacionados ao mundo doméstico: desempenhando profissões como faxineiras, bordadeiras, cabeleireiras, manicuras, costureiras, quituteiras, cozinheiras, lavadeiras e muitas outras. Muitas chegam a desenvolver verdadeiras *indústrias domésticas* onde, através das infinitas artes do mundo da casa conseguem sustentar-se e aos filhos. Outras vão para as fábricas, para o comércio, para os hospitais, onde recebem salários inferiores resultantes de uma visão equivocada que os vencimentos de uma mulher são para “os alfinetes” e, portanto, podem ser menores, o que não é verdade. Muitas conseguiram estudar para ter um diploma e são professoras, enfermeiras, telefonistas, bibliotecárias. Enfim, o fato de

serem mulheres e estarem sozinhas faz com que desenvolvam uma arte, a arte da sobrevivência sem um homem, num mundo eminentemente masculino. É a maioria consegue.

As disputas por vagas hoje no mercado de trabalho estão ancoradas na capacidade cognitiva de cada profissional e na sua maneira de dominar os requisitos básicos para desenvolver uma determinada profissão. Estamos falando de mulheres que conseguiram estudar e obter certificados. Excetuando alguns guetos masculinos, as mulheres podem desempenhar qualquer profissão e realizar qualquer tipo de trabalho. Para isso é necessário uma mudança de mentalidade por parte dos empregadores e uma política trabalhista não discriminatória.

As inovações tecnológicas afetam as relações de gênero em termos de educação e trabalho no sentido que o mundo de hoje se assenta no conhecimento e em habilidades comuns aos dois sexos. A máquina, ao substituir a força física e os avanços da tecnologia pode muito bem colocar homens e mulheres em patamares igualitários. A partir daí o que conta é a competência e qualificação profissional de cada um. No entanto, um fenômeno frequentemente observado, pelo menos nas Ciências Humanas, é o grande número de mulheres que procuram pela universidade para obter mais qualificação. Um número muito acima da quantidade de homens. Esse é um fato para se pensar, considerando que essas mulheres trabalham fora e em casa; são esposas e mães. As estereotipias para os sexos resultantes

da crença que existem comportamentos tipificados para homens e mulheres, não têm razão de ser. As mulheres são competitivas da mesma forma que os homens, e trabalham em equipe sempre que houver necessidade, com a mesma competência. O que realmente existe são inúmeras imagéticas que colocam homens e mulheres como opositores e não como parceiros, esquecendo que as relações entre os sexos devem ser mensuradas em termos de alteridade, a relação com o outro e não contra o outro.

Atualmente, a nova geração feminista aceita as diferenças entre os sexos e as considera uma construção social, adotando o termo gênero como comum aos dois sexos e que esse conceito se refere aos espaços não mensuráveis entre ambos. Nessa perspectiva ressalta-se o paradigma de *igualdade na diferença*, uma *construção* teórica que significa um modelo de conduta pelo qual as peculiaridades existentes entre os sexos são consideradas, mas não se constituem em aval para a opressão. Portanto, não se aceitam mais as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico.

O pensamento feminista dos anos 1990 constatou que a superação de um sistema de desigualdades não se alcança somente pelo fato de que o considerado inferior obtenha os direitos e ocupe as mesmas posições do superior. Numa ordem democrática não se eliminam os desequilíbrios e os mecanismos de dominação de forma tão simplificada, dado que direitos e privilégios para uns significam os não direitos de outros, conforme demonstra o

modelo de sociedade erigido em bases capitalistas. A perspectiva feminista permite, por parte das mulheres, a apropriação de uma consciência crítica e política que as mobilize para levar à apreensão de que a desigualdade só será superada se forem abolidas as divisões sociais de gênero, classe e raça, numa sociedade assentada sobre bases igualitárias.

As desigualdades entre os gêneros e as que envolvem idade, classes sociais, raças e opções sexuais efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação. Esses mecanismos se ordenam em todas as instâncias da vida social pública e privada: na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Portanto, a utilização do termo implica numa rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

As configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, o nível educacional, a religião, a economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades de gênero efetivam

mecanismos de produção e reprodução da discriminação. Esses mecanismos adquirem concretude em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Portanto, a utilização do termo gênero implica numa rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

Nessa perspectiva, discute-se a dificuldade de se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, por se considerar que os paradigmas construídos do ponto de vista masculino resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, pois as relações de gênero se definem em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas, até mesmo nas emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico, levando assim ao conceito de alteridade, isto é, a relação com o outro. Na perspectiva proposta pelo conceito de alteridade, a crítica feminista voltou-se para uma reinterpretação da teoria proposta por Marx, pois a opressão da mulher na sociedade capitalista e a sua liberação são também resultantes, em última análise, das lutas contra o capitalismo, concluindo

que os países socialistas se dão conta, a cada dia, que a igualdade perante a lei e um acesso igual à educação e à profissionalização não liberam as mulheres das responsabilidades familiares. Tal situação restringe sua participação na vida pública e a possibilidade de fazer carreira.

Atualmente os (as) pesquisadores (as) de gênero estabelecem diferentes análises que consideram as complexidades cada vez mais crescentes na ordenação social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas em relação com a alteridade são destacadas, numa tendência do pensamento pós-moderno que incorpora o pluralismo cultural e a diversidade. Assume-se assim o princípio da igualdade na diferença, que significa uma considerável transformação nas representações culturais e no imaginário social, com possibilidades de repercussão e de influência nas relações sociais, representando um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, o que também implica na reordenação dos espaços de poder.

Na América Latina existem diferenças regionais, culturais e de classe que alocam às mulheres papéis diferenciados. No âmbito da violência doméstica as mulheres e crianças são as maiores vítimas de cerceamento da liberdade, morte e maus tratos, o que repercute também na edificação de uma sociedade saudável, pois o medo e a opressão não podem coexistir com o desenvolvimento. No entanto, quanto maior o índice de escolaridade, menor aceitação da violência, embora não seu impedimento. Portanto, ressalta-se a

importância da educação como ação social que vem ocupando com cada vez maior intensidade a agenda política dos vários países, sendo alavanca essencial para o desenvolvimento.

Nessa rede de significações simbólicas, a discriminação leva ao preconceito e cria-se a *imagética da incapacidade*: mulheres não servem para tais cargos, tais ofícios, tais projetos ou tais empreendimentos. Naturalmente esses cargos, ofícios, projetos e empreendimentos são os melhor valorizados socialmente e melhor remunerados no mundo do trabalho. Na *imagética da incapacidade*, todas as representantes do sexo feminino, independentemente de raça, classe social, idade ou nível de escolaridade, são incorporadas numa mesma categoria: o sexo. É no sexo, força motriz da raça humana, que se ancoram e edificam as relações de desigualdade. Nesse campo, onde as relações de poder demonstram seu maior impacto, reside o paradoxo do subdesenvolvimento: alijadas das esferas produtivas por conta da anatomia, as mulheres deixam de contribuir nos diversos campos da economia e da política por motivos que vão desde impedimentos familiares ao preconceito, o que repercute no desenvolvimento geral.

Se na esfera pública as mulheres sofrem impedimento de ascensão profissional por conta da *imagética da incapacidade*, mais os obstáculos concretos que enfrentam no mundo do trabalho; na esfera privada, desde a infância, talentos femininos são desperdiçados e perdidos sob o ônus de uma cultura que ainda privilegia a maternidade e reforça o mito da

rainha do lar. Assim, a realização pessoal é substituída pelo cuidado com os filhos e marido. O impedimento muitas vezes é disfarçado sob o manto pesado do amor e da responsabilidade doméstica: as mulheres vivem a angústia existencial de serem insubstituíveis: um sofisma referendado por outra imagética, a da doação. Doar-se é se esquecer de si própria em busca da felicidade alheia, e a música, a literatura, o

cinema, o teatro, a poesia, encarregam-se disso, apesar das honrosas exceções.

Longe de a igualdade ser uma utopia, o mundo atual exige que repensemos essa ordem universal de poder – esta não é humana, nem natural. Nascemos biologicamente iguais, vivemos em desigualdade e ao morrer novamente nos tornamos iguais. Talvez resida aí a chave para o entendimento da nossa própria humanidade!

## Referências

AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ALDRICH, Richard. Questões de gênero na História da Educação na Inglaterra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 13, jun. 1991.

ALMEIDA, Jane Soares de. Magistério Primário em Portugal: conquista feminina no início do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 102, p. 65, nov. 1997.

\_\_\_\_\_. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres*. Campinas: Autores Associados, 2007.

ANGERMAN, Arina *et al.* *Current Issues in Women's History*. London: Routledge, 1989.

APPLE, Michael W. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (64): 14/23, fev. 1988.

BECHTEL, Guy. *Las cuatro mujeres de Dios: la puta, la bruja, la santa y la tonta*. Barcelona, Espanha: Zeta, 2001.

CONWAY, Jill K. *The female experience in eighteen and nineteenth century America: a guide to the history of american women*. New York: Garland Publishers, 1982.

COSTA, Emília de S. *A mulher - educação infantil*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.

COSTA, Jurandir Freire da. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CUÉLLAR, Javier P. de (Org.). *Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus (Unesco), 1997.

EVANS, Richard. *Las Feministas: los movimientos de emancipación de la mujer en Europa, América y Australasia (1840/1920)*. Madrid: Siglo XXI, 1980.

FRIEDMAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FRISON, Basil. *Co-education in catholic schools*. Roma: Institutum Iuridicum Claretianum; Boston: Daughters of St. Paul, 1959.

GROSHOLZ, Emily. Mulheres, história e deliberação prática. In: GERGEN, Mary M. (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Edunb, 1993.

GUERRA, Lucia. *La mujer fragmentada*. Santiago, Chile: Editorial Cuarto Propio, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HAZARD, Caroline. *Some ideals in the education of women*. New York: Thomas Y. Crowell e Co. Publishers, 1900.

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MANOEL, Ivan. A. *Igreja e educação feminina, 1859/1919: uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

MENDES, Teixeira R. *A Mulhér: sua preeminência social e moral segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. 4. ed. Rio de Janeiro: Igreja do Apostolado Positivista do Brasil, 1958.

MICHEL, André. *El Feminismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

ORAM, Alisom. Embittered, sexless or homosexual: attacks on spinters teachers 1918-39. In: ANGERMAN, Arina et al. *Current Issues in Women's History*. New York/London: Routledge, 1989.

RENDEL, Margarita. *Panorama mundial de la investigación y la enseñanza sobre la mujer*. França, Paris: Organizaciones de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), 1985.

RODRIGUES, Leda M. P. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Recebido em abril de 2011.

Aprovado para publicação em maio de 2011.

